



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 5/2013

Disponibilização: 11 de março de 2013

Período abrangido: 25 de fevereiro a 8 de março

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - PESCAS
- 5. ATIVIDADE PARLAMENTAR**
- 6. ENERGIA**
- 7. FUNDAÇÕES**
- 8. HABITAÇÃO/RJAU**
- 9. JUSTIÇA**
- 10. JUVENTUDE**
- 11. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - AÇORES
 - MADEIRA
- 12. SAÚDE**
- 13. SEGURANÇA SOCIAL**
- 14. TRABALHO**
- 15. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**



1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 85/2013, de 27 de fevereiro

(Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência)

Primeira alteração à portaria n.º 701-F/2008, de 29 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decreto-Lei n.º 33/2013, de 27 de fevereiro

(Ministério da Administração Interna)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/2009, de 29 de setembro, que transpõe a Diretiva n.º 2008/43/CE, de 4 de abril de 2008, relativa à harmonização das disposições respeitantes à colocação no mercado e ao controlo dos explosivos para utilização civil, estabelecendo um sistema harmonizado para a sua identificação única e rastreabilidade, transpondo a Diretiva n.º 2012/4/UE, de 22 de fevereiro de 2012

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2013, de 06 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração à Resolução de Conselho de Ministros n.º 3/2013, de 16 de janeiro, que cria a Equipa para os Assuntos da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **PESCAS**

Portaria n.º 81/2013, de 25 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Terceira alteração ao Regulamento do Regime de Apoio a Projetos Piloto e à Transformação de Embarcações de Pesca, aprovado pela Portaria 723-A/2008, de 1 de agosto

Portaria n.º 82/2013, de 25 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Primeira alteração à portaria n.º 313/2011, de 28 de dezembro que determina a isenção para as embarcações de pesca nacionais, com comprimento de fora a fora igual ou superior a 12 metros e inferior a 15 metros, da obrigatoriedade de utilização de um sistema de localização de navios por satélite, bem como do registo e transmissão por meios eletrónicos da atividade de pesca



Despacho n.º 3051/2013, de 26 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Fixa, entre outras medidas, as quotas de pesca disponíveis para Portugal para o ano de 2013, nas áreas de regulamentação da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico (NAFO)

5. ATIVIDADE PARLAMENTAR

Lei n.º 23/2013, de 05 de março

(Assembleia da República)

Aprova o regime jurídico do processo de inventário, altera o Código Civil, o Código do Registo Predial, o Código do Registo Civil e o Código de Processo Civil

6. ENERGIA

Decreto-Lei n.º 32/2013, de 26 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro, no sentido de prever a possibilidade de redução dos encargos que integram a compensação atribuída aos produtores de eletricidade pela cessação antecipada dos respetivos Contratos de Aquisição de Energia

Portaria n.º 83/2013, de 26 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Fixa o valor da taxa devida pela apreciação do pedido e pela efetivação do registo para o exercício das atividades de comercialização de eletricidade e de gás natural

Portaria n.º 84/2013, de 27 de fevereiro

Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego

Atualiza a taxa do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos aplicáveis ao gasóleo de aquecimento

Portaria n.º 85-A/2013, de 27 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Aprova a taxa nominal prevista na subalínea iv) da alínea b) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro

7. FUNDAÇÕES

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, de 08 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova as decisões finais relativas ao processo de censo às fundações e estabelece os procedimentos e as diligências necessários à concretização das respetivas decisões de extinção, de redução ou cessação de apoios financeiros públicos e de cancelamento do estatuto de utilidade pública



8. HABITAÇÃO/RJAU

Despacho n.º 3050/2013, de 26 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Cria a Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano

9. JUSTIÇA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2013, de 04 de março **(Supremo Tribunal Administrativo)**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: O conceito de «instalação», para efeitos dos benefícios a que se reporta o n.º 1 do art. 20.º, Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, reporta-se à aquisição de prédios (ou de fracções autónomas) para construção de empreendimentos turísticos, depois de devidamente licenciadas as respectivas operações urbanísticas, visando beneficiar as empresas que se dedicam à atividade de promoção/criação dos mesmos e não os adquirentes de fracções autónomas em empreendimentos construídos/instalados em regime de propriedade plural, uma vez que esta tem a ver com a «exploração» e não com a «instalação»

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2013, de 05 de março **(Supremo Tribunal de Justiça)**

A responsabilidade pela reparação de acidente de trabalho prevista na Base XVII da Lei n.º 2127, de 3 de Agosto de 1965, e no artigo 18.º, n.º 1, da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, resultante da violação de normas relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho, por parte de empresa utilizadora, e de que seja vítima trabalhador contratado em regime de trabalho temporário, recai sobre a empresa de trabalho temporário, na qualidade de entidade empregadora, sem prejuízo do direito de regresso, nos termos gerais

10. JUVENTUDE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2013, de 05 de março **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova, na sequência da elaboração do Livro Branco, as orientações estratégicas de intervenção para a política da juventude

11. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2013/A, de 27 de fevereiro **(Região Autónoma dos Açores)**

Regulamenta o Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato dos Açores

• MADEIRA

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2013/M, de 05 de março **(Região Autónoma da Madeira)**

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 31/2009/M, de 30 de dezembro, que adaptou à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 188/2009, de 12 de Agosto, que estabelece as regras a que se encontra sujeita a prática de atos de desfibrilhação automática externa por não médicos, bem como a instalação e utilização de desfibrilhadores automáticos externos



12. SAÚDE

Decreto-Lei n.º 34/2013, de 27 de fevereiro **(Ministério da Saúde)**

Procede à segunda alteração ao decreto-Lei n.º 112/2011, de 29 de novembro, que aprova o regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados, e estabelece um mecanismo de definição dos preços dos medicamentos sujeitos a receita médica que não tenham sido objeto de avaliação prévia para efeitos de aquisição pelos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, nem de decisão de comparticipação

Despacho n.º 3128/2013, de 27 de fevereiro **(Ministérios da Economia e do Emprego, da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social)**

Fixa o montante anual destinado ao financiamento dos produtos de apoio à maior autonomia e integração das pessoas com deficiência

Portaria n.º 91/2013, de 28 de fevereiro **(Ministério da Saúde)**

Estabelece para 2013 os países de referência e os prazos de revisão anual de preços dos medicamentos, e revoga a Portaria n.º 1041-A/2010, de 7 de outubro

Portaria n.º 95/2013, de 04 de março **(Ministério da Saúde)**

Aprova o Regulamento do Sistema Integrado de Referência e de Gestão do Acesso à Primeira Consulta de Especialidade Hospitalar nas instituições do Serviço Nacional de Saúde e revoga a Portaria n.º 615/2008, de 11 de julho

13. SEGURANÇA SOCIAL

Despacho n.º 3128/2013, de 27 de fevereiro **(Ministérios da Economia e do Emprego, da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social)**

Fixa o montante anual destinado ao financiamento dos produtos de apoio à maior autonomia e integração das pessoas com deficiência

Portaria n.º 96/2013, de 04 de março **(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)**

Estabelece as condições de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de apoio social - Centro de Noite

Portaria n.º 97/2013, de 04 de março **(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)**

Primeira alteração à Portaria n.º 3-A/2013, de 4 de janeiro que cria a medida de Apoio à contratação de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, via Reembolso da Taxa Social Única (TSU), de ora em diante designada por Medida



14. TRABALHO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, de 08 de março **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova um conjunto de medidas que visam garantir e promover a igualdade de oportunidades e de resultados entre mulheres e homens no mercado de trabalho

15. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Portaria n.º 97-A/2013, de 04 de março **(Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego)**

Mantêm em vigor as tabelas de taxas devidas pelos serviços prestados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, aprovadas pela Portaria n.º 1165/2010, de 9 de novembro

Resolução da Assembleia da República n.º 21/2013, de 07 de março **(Assembleia da República)**

Propõe a reavaliação do atual modelo de utilização e atribuição do parque automóvel do Estado